

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MELISSA SOUZA TAVARES

**AS QUESTÕES DE GÊNERO IMPLÍCITAS NA POLÍTICA DO
BRASIL PRESENTES EM DEMOCRACIA EM VERTIGEM**

SÃO CRISTÓVÃO

2025

MELISSA SOUZA TAVARES

**AS QUESTÕES DE GÊNERO IMPLÍCITAS NA POLÍTICA DO
BRASIL PRESENTES EM DEMOCRACIA EM VERTIGEM**

Trabalho apresentado como requisito de avaliação de Prática de Pesquisa, componente curricular do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Jorge Luiz Zaluski.

SÃO CRISTÓVÃO

2025

AGRADECIMENTOS

Desde muito nova tive muitos exemplos que me fizeram valorizar a educação e buscar sempre por mais aprendizados. Dentre eles, destaco primeiramente o dos meus avós, isto porque foram eles os primeiros responsáveis pela minha vida ser o que é hoje. Grande homem das exatas, meu avó Rubens se formou também na Universidade Federal de Sergipe, sendo durante um bom tempo também educador. Minha avó, a senhora Magneide, mesmo sem ter formação em nível superior, sempre valorizou a educação e, junto ao meu avô, mostrou o caminho certo para que seus filhos pudessem seguir.

Com isso, a filha do meio, a minha mãe, sempre buscou por seguir o caminho do pai, e conseguiu. Márcia Amanda é mais uma graduada desta instituição, cria do curso de história, me fez crescer apaixonada por todos os grandes acontecimentos da humanidade. Hoje, sigo seus passos. Estudei na mesma escola de Ensino Fundamental, no mesmo Colégio de nível médio e me formo hoje na mesma instituição, tendo o prazer de ter conhecido e ser alunas dos grandes Mestres que, anos atrás, ensinaram também minha mãe.

Meu agradecimento também é por uma pessoa que infelizmente não teve a oportunidade de me ver crescer e trilhar meu caminho rumo a minha formação no magistério, esta pessoa é meu pai. Hoje, estou me graduando com a idade em que ele nos deixava, sinto no meu coração o dever de trilhar uma vida de sucesso em seu nome.

Grandes incentivadores deste momento, destaco aqui a importância do meu querido e amado noivo, Gustavo, da minha tia Camila, dos meus sogros, Silvia e Neilton, dos meus eternos colegas de turma, que trilharam este caminho junto a mim, Germano, Fernando, Ingridy, Daleth, Nathalia e Ivete, e ao meu pequeno irmão João Pedro, que também espero, em breve, ver seguindo o mesmo caminho.

Ademais, agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Jorge Luiz Zaluski, o qual tive o primeiro contato enquanto aluna da matéria de Estágio Supervisionado II. Jorge como uma pessoa centrada e calma, muito me ajudou a entender o caminho que queria seguir com este trabalho, moldá-lo e chegar neste resultado, a ele muito agradeço e dedico parte deste estudo.

E a Deus, claro, a quem dedico todos os meus dias, horas e conquistas também dedico este trabalho! Sem fé, resiliência e paciência nada disso estaria sendo realizado. Obrigada a todos os envolvidos!

RESUMO

O presente trabalho visa analisar como Filme Documentário *Democracia em Vertigem* (2019) retratou o mandato e deposição da primeira presidente do Brasil, Dilma Rousseff. De forma analítica, com auxílio do Documentário da cineasta Petra Costa, pretendo identificar traços de misoginia na estrutura política brasileira e correlacioná-la com a efetivação do impeachment da primeira presidente mulher do Brasil, em 2016. Ademais, o trabalho traça um paralelo entre o processo de golpe da presidente e suas consequências para a representatividade feminina na política do Brasil e com um espaço destinado a analisar a política sergipana, em específico a última eleição para prefeitura de Aracaju, no ano de 2024.

Palavras-chaves: Dilma Rousseff, Primeira Presidente, *Democracia em Vertigem*, Petra Costa, Impeachment.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the documentary film *Democracy in Vertigo* (2019) portrayed the mandate and deposition of Brazil's first female president, Dilma Rousseff. Analytically, with the help of the documentary by filmmaker Petra Costa, I intend to identify traces of misogyny in the Brazilian political structure and correlate it with the impeachment of Brazil's first female president in 2016. Furthermore, the paper draws a parallel between the process of the president's coup and its consequences for female representation in Brazilian politics and with a space dedicated to analyzing Sergipe's politics, specifically the last election for mayor of Aracaju, in 2024.

Keywords: Dilma Rousseff, First President, *Democracy in Vertigo*, Petra Costa, Impeachment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DEMOCRACIA EM VERTIGEM: UMA ANÁLISE DA MORTE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	12
2.1 Democracia e Vertigem a partir dos estudos de gênero	15
3. DILMA ROUSSEFF, A REPRESENTANTE DE TODAS	17
3.1 O Brasil é das mulheres, mas a política é dos homens	18
3.2 Redes sociais: hostilidade e ódio contra as mulheres	19
3.3 A mulher sem afeto: o mito do amor materno	21
4. A PERPETUAÇÃO DO PATRIARCADO BRANCO NA POLÍTICA BRASILEIRA – EFEITOS DO GOLPE?	24
4.1 O cenário eleitoral e político de Aracaju	28
4.1.1 Perfil dos/as eleitores/as de 2024	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

Empoderar as mulheres! Essa têm sido uma pauta recorrente em distintas instâncias, principalmente no legislativo. No conjunto dessas discussões, o acesso de mulheres aos espaços de poder, principalmente para ocuparem cargos administrativos, tem sido um dos pontos que ora tende ao avanço de direitos, ora ainda percorre tentativas de silenciamento das mulheres.

Historicamente podemos levantar muitos dos exemplos para percorrer essa análise. Contudo, ao partir do entendimento da importância de mulheres assumirem espaços de poder, tal como o legislativo, podemos destacar que, a conquista do espaço público por mulheres percorre distintas rupturas e insistências. Primeiro, com o rompimento do patriarcado, de que a vida pública caberia aos homens e, de que, o corpo e atividades exercidas por mulheres estariam restritas à suposta feminilidade como natural, a partir de um corpo sexuado. Logo, as atividades voltadas ao cuidado do outro, como dos afazeres da casa, como lavar e cozinhar e cuidado das crianças, supostamente seriam uma essência feminina. Para romper com essa perspectiva, distintas mulheres traçaram novos rumos, tanto para si, como para a abertura de novas possibilidades a todas as mulheres.

A exemplo disso, com forte influência do movimento sufragista europeu e norte americano, a bióloga paulista Bertha Lutz (1894-1976) mobilizou-se fortemente para que mulheres pudessem votar e serem eleitas. Sendo que, mesmo com o sonhado modelo republicano ainda excludente, foi apenas “no dia 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual nº 660, as mulheres brasileiras puderam, pela primeira vez, no Rio Grande do Norte, ter reconhecido o direito de votar e serem votadas” (Brasil, s/p, 2007), marcando ainda a primeira participação de mulheres nas eleições da América Latina. Em continuidade as reivindicações e, em forma de estabelecer diálogo com o movimento de mulheres, Getúlio Vargas, em 1932, ao instituir o Código Eleitoral, por meio do Decreto nº. 21.076, abriu espaço para que as mulheres pudessem votar e serem eleitas. A efeito disso, já em 1934, tivemos a médica Carlota Pereira de Queirós eleita como Deputada Federal por São Paulo, exercendo seu mandato até 1937, momento em que Vargas fecha o congresso. Entretanto, muitos desafios ainda existiram, pois, sendo o voto permitido apenas para pessoas alfabetizadas, a partir da conquista, não bastava ser mulher, mas precisa ter frequentado os bancos escolares, provocando outras exclusões, tendo em vista o difícil acesso de mulheres ao ensino (Arend, 2012; Zaluski, 2016; 2018; 2020).

Como destaca Rachel Soihet, ao investigar sobre a trajetória de mulheres na política, a exemplo de Bertha Lutz, a autora indica que, “partilhavam das ideias reformistas postuladas pela vanguarda da época a favor da implantação do Estado de bem-estar social e do regime

democrático a partir de 1930” (Soihet, 2012, p. 233). Ou seja, por mais que o grupo de mulheres que buscava reivindicar por avanços, condiziam por uma pequena parcela de mulheres da sociedade. Logo, não representavam a totalidade, muito menos buscavam por atender pautas específicas. A exemplo disso, tivemos ao longo do processo eleitoral brasileiro o acesso ao voto apenas para alfabetizados/as, por meio da Lei Saraiva, por intermédio do Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881 até 1985, ou seja, tendo em vista o processo educacional excludente, apenas mulheres da elite poderiam votar e serem votadas. Junto disso, foi apenas em 1946 que o ensino escolar se tornou obrigatório dos 07 aos 12 anos de idade, o que contribuiu para gradativamente, desde a tenra idade, que meninas tivessem acesso ao ensino (Arend 2012; Zaluski, 2016), mesmo tendo ainda que romper com a autoridade do pai sobre elas, tendo em vista da escola ser compreendida como espaço público. Assim, ter acesso ao ensino escolar contribuiria para abrir oportunidades de participação na vida pública, tal como no sistema político.

Ao nos aproximarmos dos 100 anos das primeiras conquistas do voto de mulheres, ainda temos um número reduzido de mulheres na política, principalmente dado os efeitos do machismo/patriarcado ainda tão fortemente realimentados no Brasil. Foi apenas em 2010 que tivemos a primeira mulher eleita para a presidência, Dilma Vana Rousseff, mas deposta do cargo diante de fortes ataques misóginos.

Como destaca Cássio Augusto Guilherme (2017), “há muitos elementos a serem melhor estudados e compreendidos na crise política que levou à deposição da presidenta Dilma Rousseff por meio de um golpe parlamentar travestido de impeachment constitucional” (Guilherme, 2017, p. 01). Orquestrado por distintas instâncias um golpe de estado destituiu Dilma da presidência. Ao se aproximar de uma década do ocorrido, distintos/as intelectuais reuniram esforços para demonstrarem “Por que gritamos Golpe”, tal como indica o livro organizado, Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto, em vista de auxiliar o grande público “para entender o impeachment e a crise política no Brasil” instaurada com a destituição de Dilma na presidência.

Importante destacar que junto de toda a configuração do processo de impeachment, como destaca Guilherme (2018), o papel midiático exerceu forte contribuição para alimentar o golpe, tendo em vista que, como destaca o autor, “o monopólio midiático na construção da narrativa e convencimento do senso comum da classe média sobre a necessidade de afastamento da presidenta” (Guilherme, 2018, p. 67). Em diálogo com o autor, Regina Célia Daefiol (2021), destaca que, “a grande imprensa foi decisiva no processo de construção da narrativa que deu sustentação ao impeachment da presidente Dilma Rousseff” (Daefiol, 2021, p. 36). Dentre os canais midiáticos, Daefiol destaca o jornal *O Globo*, que, segundo a autora,

“tornou-se o mais ferrenho opositor do presidente da República, que chegou ao poder a partir de um discurso de extrema direita que convenceu 55,15% do eleitorado” (Daefiol, 2021, p. 36).

Assim, tivemos ao longo do processo de construção do golpe e após a sua efetivação distintas narrativas, discursivas ou audiovisuais que pareciam estarem em uma disputa, em que, cada um com seu conjunto argumentativo visavam, por um lado, legitimar o golpe sem nominá-lo como um, de outro, daqueles/as, principalmente pesquisadores, em demonstrar por que atribuíam o fato como golpe, junto de distintas provas, tratava-se de um golpe de estado com forte impacto social, econômico, principalmente para mulheres das classes populares.

Como destaca Ana Flávia Cernic Ramos e Cláucia Fraccaro (2016), escrito ao longo do afastamento de Dilma, antes da efetivação do impeachment,

Apesar dos importantes avanços na luta pelos direitos das mulheres no Brasil, alguns episódios do processo político que culminou no afastamento temporário da presidenta revelam, por outro lado, o incômodo causado pelo crescimento da participação das mulheres no cenário político. Em meio a uma transmissão de debates parlamentares sobre a questão, por exemplo, ouviram-se berros de “Dilma, vá cuidar da casa”. Novamente parecia que as forças institucionais intencionavam conduzir todas as mulheres ao espaço doméstico, tal como tentaram fazer com Diva Nazario (Cernic; Fraccaro, 2016, p. 253).

De tal modo, os caminhos para a efetivação do golpe não podem ser percebidos sem o olhar atento às questões de gênero. Com discursos (e ações) construídos a partir da misoginia, o fato de Dilma ser mulher serviu como incômodo à continuidade do patriarcado, como daqueles que compactuam com ele e, também, serviu de base para muitas das ações direcionadas contra a presidenta.

Como já indicado, foram muitas as narrativas produzidas tanto para fortalecer como para entender/explicar o golpe. Dentre elas, destaco o documentário *Democracia em Vertigem* (2019), da cineasta brasileira Ana Petra Andrade Costa, como produções cinematográficas preocupadas tanto em explicar “por que gritamos golpe”, como parte de um olhar atento para entender o processo de impeachment em conjunto com a misoginia.

Por conta disso, neste trabalho, busco identificar a narrativa sobre o impeachment da presidenta Dilma a partir do documentário *Democracia em Vertigem* (2019), com o objetivo de analisar os argumentos e imagens utilizados pela cineasta, em vista de críticas à misoginia. Parto do pressuposto de que, a atenção de Petra é movida tanto pelo incômodo com a democracia, por percebe-la em um processo de vertigem, como pela experiência em ser mulher e, de problematiza-las sobre que os discursos direcionados à presidenta Dilma não representam

algo individual, mas que são orientados a partir do entendimento e expectativas direcionadas a todas as mulheres.

Mesmo que de forma sutil, até porque devemos destacar que o documentário de Petra não tem seu foco em questões de gênero, mas especificamente em questões políticas, é possível identificar aspectos, falas e posicionamentos interessantes durante o filme e é justamente isso que iremos destrinchar.

Segundo Bill Nichols em seu livro *Introdução ao Documentário*, “Todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela” (Nichols, 2005, p. 26). Com isso, o cineasta ainda especifica que existem dois tipos de documentários, os documentários de satisfação de desejos e documentários de representação social.

Os documentários de representação social são o que normalmente chamamos de não ficção. Esses filmes representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta (Nichols, 2005, p.26).

Este trabalho busca ser mais um complemento para os estudos acerca do impeachment da presidente Dilma e trazer uma nova perspectiva, que é a questão de gênero atrelada a todo o processo de sua deposição. Desta forma, complementamos todo um estudo que permite dialogar com a história política brasileira.

Junto disso, consideramos que investigar a partir de fontes audiovisuais amplia nos permite ampliar nosso entendimento sobre os processos históricos. Como destaca Mônica Almeida Kornis (2008), de que, “a análise fílmica e televisiva pode ser transformada em documento para a pesquisa histórica ao articular, ao contexto histórico e social que o produziu, um conjunto de elementos intrínsecos à expressão audiovisual” (Kornis, 2008, p. 49).

De tal modo, compreendo ainda que a produção audiovisual é produzida em diálogo com a História Pública, tendo em vista a participação e a ampliação das audiências mediante a aproximação com públicos não acadêmicos levando a contribuição para discutir assuntos a partir da linguagem do audiovisual (Martins; Amarante, 2024). Junto disso, dialogamos com Kornis ao afirmar que, “essa definição é o ponto de partida que permite retirar o filme do terreno das evidências: ele passa a ser visto como uma construção que, como tal, altera a realidade por meio de uma articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento (Kornis, 2008, p. 49). Assim, cabe destacar a importância em observar a intencionalidade de sua produção, o contexto histórico, a participação do público e seus usos.

Diante disso, este texto está dividido em três partes. Na primeira, busco apresentar o documentário *Democracia em Vertigem*, assim como a cineasta Petra Costa, análises sobre seu contexto de produção e a sua intencionalidade. Na sequência, parto dos estudos de gênero para analisar as narrativas do documentário, críticas à misoginia. Por fim, a luz de tentativas de compreender a movimentação dos efeitos do golpe, principalmente de como atinge as mulheres, mas ao mesmo tempo sob o interesse em perceber a resistência das mulheres, como estudo de caso, parto da análise do levantamento e análise de informações sobre a última eleição municipal para a prefeitura de Aracaju, capital de Sergipe.

2. DEMOCRACIA EM VERTIGEM: UMA ANÁLISE DA MORTE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O Filme Documentário *Democracia em Vertigem* foi lançado no ano de 2019, tendo sua estreia mundial em janeiro, no Festival *Sundance*, que promove a divulgação de filmes independentes nos Estados Unidos. Ainda no mesmo ano, o filme estaria estreando no catálogo de uma das maiores companhias de *streaming* do mundo, a *Netflix*.

O filme produzido pela cineasta brasileira Petra Costa traz um panorama geral da crise política enfrentada pelo Brasil, com enfoque na deposição da primeira presente mulher do país, a Dilma Vana Rousseff e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as consequências destes acontecimentos no cenário político brasileiro. A cineasta ainda faz várias interseções entre a democracia brasileira, a sua própria vida e de seus familiares.

Ana Petra Andrade Costa é filha do ex-deputado federal Manuel da Silva Costa Júnior e da socióloga Marília Furtado de Andrade. Petra, que atualmente tem 41 anos de idade, nasceu em julho de 1983, durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Seus pais, mesmo sendo de famílias muito influentes no Brasil, a exemplo de sua mãe que era filha de um dos fundadores da construtora Andrade Gutierrez, atuaram como militantes contra a ditadura e durante muito tempo viveram na clandestinidade.

No documentário Petra inúmeras vezes ressalta os dois lados de sua família: o lado de seus pais, que viveram uma vida baseada em direitos igualitários e de esquerda, e o lado da família de seus pais, apoiadores de uma direita inteiramente participante da elite brasileira.

Democracia em Vertigem, inclusive, não é o primeiro filme da cineasta, sendo este *Olhos de ressaca* (2009), um curta-metragem onde são apresentados seus avós e onde eles “divagam acerca da própria história e constroem um diário existencial sobre o amor e a morte”. (Pereira; Nogueira, 2018, p.112).

Já o segundo filme da cineasta foi *Elena* (2012), o qual também se encontra disponível na *Netflix*. Neste, novamente a autora traz uma abordagem extremamente pessoal para sua obra, ao abordar o tema sensível de suicídio da própria irmã, Elena, a qual era quatorze anos mais velha que Petra.

Em *Petra Costa. Os filmes Elena e Democracia em Vertigem como testemunhos líricos de um trágico retorno* (2020), de Claudio Cledson Novaes e Marcos Botelho de Souza, temos uma abordagem de estudo que visa analisar não somente o Documentário *Democracia em Vertigem*, como também o documentário *Elena* (2012). Aqui, os autores fazem uma leitura dos documentários de forma mais subjetiva/poética, fazendo analogias às abordagens

cinematográficas feitas por Petra Costa e conectando ambas as obras, como representações de tabus criados pela sociedade.

No filme *Elena*, a narrativa cinematográfica testemunha o desvendar de um esforço em superar um trauma íntimo e familiar: o suicídio da irmã mais velha da diretora. O filme, entretanto, revela também as circunstâncias de um tempo coletivo em que o país se encontrava no arbítrio suicida da ditadura militar (1964-1985). *Elena* faz uma colagem de imagens que testemunham a passagem entre o suicídio individual e o coletivo, fraturando o sentido existencialista da morte da irmã da diretora. Já o filme *Democracia em vertigem* realiza uma leitura do presente político brasileiro como uma espécie de suicídio coletivo (Novaes; Souza, 2020, p.2).

Após *Elena*, sua nova obra foi *O Olmo e a gaivota* (2015), que é uma codireção com a cineasta dinamarquesa Lea Glob. Neste longa a cineasta tem foco em nos apresentar Olívia Corsini, uma atriz de teatro que estava prestes a sair em turnê com a peça *Gaivota*, de Tchekhov, quando descobre uma gravidez. Aqui podemos observar bem o olhar atento e tom sutil de feminismo da direção de Petra Costa, que também podemos observar em *Democracia em Vertigem*. No filme, a cineasta aborda não somente todas as dificuldades enfrentadas durante uma gestação, mas como uma gravidez é vista pela sociedade e o papel que se espera de uma mulher, mas como o fato de gerar uma vida não é a única coisa que gere a vida da mesma.

Já em 2019, a cineasta nos traz o filme que é a base do nosso estudo. *Democracia em Vertigem* é um Filme Documentário com duas horas e um minuto de duração e que nos apresenta um panorama da política brasileira desde a redemocratização, com o fim da Ditadura Militar, ao impeachment da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, e a prisão do, até então, presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Estes acontecimentos, tanto o impeachment como o processo de investigação e prisão de Lula e Dilma são os nortes de toda a trama, que conta com imagens da própria Petra e sua equipe, assim como imagens de arquivos pessoais de sua família e imagens do acervo do fotógrafo particular de Lula, o Ricardo Stuckert.

Todo o auge desses acontecimentos se dá entre 2015, que é quando se inicia o processo de impeachment da presidente e 2017, quando o presidente Lula é preso pelo Juiz Federal de Primeira Instancia Sergio Moro, que anos depois se tornaria ministro do governo de Jair Bolsonaro.

E é justamente em 2019, com um presidente assumidamente de direita, que é o Jair Messias Bolsonaro, que o filme é lançado, levantando inúmeros debates no Brasil, mas sendo internacionalmente aclamado, ao nível de ser indicado à categoria de *Melhor Documentário em Longa-Metragem* no *Academy Awards (Oscar)*, no ano de 2020.

Importante salientar que muitos estudos foram feitos e publicados acerca do acontecimento histórico em questão. Assim como, após o lançamento e repercussão do documentário *Democracia em vertigem*, muitas análises foram feitas e alguns destes estudos também irão servir de embasamento para este artigo.

Dentre os trabalhos, *De Louca a Incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff (2019)*, por Perla Haydee da Silva. Neste trabalho a autora faz toda uma pesquisa e pontua alguns dos comentários presentes na rede social *Facebook*, durante o processo de *Impeachment* da ex-presidente Dilma. Com uma análise que reconhece as questões de gênero presente neste acontecimento, dentre esses pontos, a autora destaca:

Os comentários que questionavam sua competência e minavam sua credibilidade, por sua vez, podiam ser divididos em comentários que 1) questionavam sua sanidade mental e reiteravam o estereótipo da loucura feminina e 2) questionavam sua inteligência, capacidade intelectual e recorriam ao escárnio, referindo-se à ex-presidenta, por diversas vezes, como motivo de “piada” e “vergonha”, reproduzindo, assim, o estereótipo da mulher “burra” (Silva, 2019, p. 79).

Com uma abordagem a fim de observar e analisar a presença narrativa de Petra Costa em seu documentário e sua importância para a construção de um ponto de vista específico, Luiza Zimmer de Camargo, em *Análise Enunciativa da voz feminina nos documentários Democracia em Vertigem e Varda por Agnes*, aborda justamente o impacto cinematográfico aos termos narrativas com aspectos tão pessoais na concepção do trabalho da cineasta brasileira e também da cineasta francesa Agnès Varda.

A partir disso, busco analisar trechos específicos do documentário, onde podem ser identificados comportamentos que perpetuam uma postura machista e misógina, ao mesmo tempo que faço referência com demais referência de matérias publicadas na época do impeachment ou materiais expostos em redes sociais e que se encontram disponíveis até os dias de hoje. Desse modo, irei dividir nossa análise em quatro tópicos: o primeiro sendo *Dilma: a representante de todas*, onde irei analisar do minuto 18 e 41 segundos até o minuto 19 e 31 segundos), o segundo sendo o *Brasil é das mulheres, mas a política é dos homens*, onde irei analisar do minuto 32 até o minuto 33 e 41 segundos, o terceiro sendo *Redes Sociais: hostilidade e ódio contra as mulheres*, onde trago um paralelo entre os assuntos apresentados nos minutos 34 e no minuto 38 e apresento informações complementares de matérias e até mídias de redes sociais na época do impeachment, e fechando as análises, *A Mulher sem afeito: o mito do amor Materno*, onde faço análise de duas entrevistas de parlamentares durante o impeachment, do minuto 52 ao minuto 53 e 19 segundos.

Em suma, este trabalho traz em suas obras complementares, discursos, análises e observações em relação ao acontecimento histórico do impeachment da primeira presidente mulher do Brasil e abordagens de gênero, tanto em relação à ex-presidente Dilma Rousseff, tanto em relação a cineasta Petra Costa, tudo a fim de agregar neste estudo e trazer um panorama ainda mais completo.

2.1 Democracia e Vertigem a partir dos estudos de gênero

Esta pesquisa parte dos estudos de gênero, junto ao entendimento de gênero tal como indicado por Joan Scott, em que as distinções de gênero são historicamente constituídas como formas de formular as relações sociais. Para a autora,

O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (Scott, 1995, p. 7).

Logo, a rejeição à ideia de gênero a partir dos corpos sexualmente biológicos nos permite refletir como as distinções de gênero impostas a partir das diferenças corpóreas contribuíram para reforçar as desigualdades entre homens e mulheres, por exemplo, a partir da ideia de que o corpo define as atividades dos quais devem exercer. Logo, a mulher estaria propensa a ser mãe, por exemplo. O que implica na recusa dela aos espaços públicos, dentre eles a política. Junto dessa lógica, como indica Joana Maria Pedro, dúvidas da capacidade das mulheres serviu como base para sustentar – e ainda sustenta – o patriarcado (Pedro, 2005).

Em 2024 celebramos os 135 anos de um Brasil República. Apesar disso, a democracia brasileira tem em seu histórico vários momentos de instabilidade. Em 2015, uma presidente reeleita sofreu a abertura de um processo impeachment pelo que chamamos de “pedaladas fiscais”, sendo essa configurada como uma manobra contábil, realizada pelo Poder Executivo, que atrasa propositalmente os repasses de dinheiro para bancos e autarquias. Mesmo sendo uma manobra comumente realizada por outros presidentes, esta foi a justificativa para um dos maiores impasses da política brasileira.

Já sendo por si um grande evento, o crescimento das redes sociais também favoreceu para que esse se tornasse um dos maiores acontecimentos da história do país, e assim foi. O que buscamos é observar como tudo isso pode ter sido desenrolado e analisar mais um aspecto dessa

história que muito se torna relevante. Afinal, em toda história do Brasil como um país república, jamais se teve outra mulher à frente ao maior cargo do legislativo.

O olhar feminino de Petra diante de um dos momentos mais importantes da história política brasileira também é importante, pois assim conseguimos observar aspectos específicos da história e das questões implícitas de gênero, que poderiam passar despercebidas, de acordo com o olhar crítico do narrador e do que ele gostaria de evidenciar com seus registros.

3. DILMA ROUSSEFF, A REPRESENTANTE DE TODAS

Podemos dizer que “o protagonismo feminino é um ponto importante na obra de Petra Costa” (Camargo, 2020, p. 28). Em *Democracia em Vertigem*, Petra faz uma abordagem que nos conecta não somente com a história política do nosso país, como também com uma projeção intimista não somente da vida da ex-presidente Dilma, de si própria e da sua família.

Entre as conexões feitas por Petra, temos a forte ligação entre sua mãe, Marília Furtado de Andrade, e a presidente. Em 18 minutos e 49 segundos Petra aborda a sua mãe e questiona qual o sentimento de ter uma mulher como Dilma Rousseff como presidente. Reproduzimos aqui o diálogo estabelecido entre elas:

Petra: “Mãe, como é que você se sentiu quando ela foi eleita, ou escolhida?”

Marília Furtado: “Senti... uma identidade. Cada vez maior, porque... mulher, mineira, militante... em épocas diferentes estudamos nas mesmas escolas. E fomos presas no mesmo presídio, Tiradentes. Eu por menos tempo, claro. E, acima de tudo, ela lá, por mim, sem eu ter o ônus de aguentar tudo que ela ia aguentar” (19 minutos e 31 segundos).

Aqui temos a perspectiva da mulher e como a ascensão a um cargo de tamanho poder trouxe tamanha representatividade. Afinal, além das várias singularidades que ambas tinham em comum, Dilma era a única mulher presidente do Brasil, àquela que consigo carregava o sonho de muitas outras.

A vitória de Dilma Rousseff naquele pleito não apenas exprimia a aclamação de um indivíduo, mas a representação de inúmeras gerações de brasileiras anônimas que negaram as imposições sociais; estampava a brava e corajosa mulher, de espírito destemido e combativo, e que apontava não apenas um novo rumo da política do país, mas também um grande passo para a mudança social (Silva, 2019, p. 17).

Se, ao alcançar o apogeu do poder político brasileiro, sua vitória foi celebrada como representatividade feminina, com sua deposição, Dilma cai no profundo estereótipo formado para mulheres que não cumprem suas funções como o esperado. Assim, acaba sendo subjugada à “burra”, “louca” ou “puta”.

Os comentários postados na página do MBL no Facebook, a respeito da ex-presidenta Dilma Rousseff, é que este escrutínio pode nos propiciar uma compreensão de como os enunciados envolvendo uma mulher em um importante cargo decisório atualizam outros discursos a respeito da mulher na sociedade brasileira contemporânea (Silva, 2019, p. 76).

Ou seja, mais uma vez a Dilma, de alguma forma, seria um tipo referência de imagem feminina, se não positiva, que seja negativa. Afinal, durante muitos anos, se perpetuaram estigmas em relação a capacidade de uma mulher em exercer cargos de poder, justificando com

aspectos biológicos, com sua deposição, se fomenta a continuidade de tais paradigmas, por mais errôneos que possam ser. A padronização de comportamentos sociais para os sujeitos com base em atributos ditos masculinos e femininos que são considerados adequados para homens e mulheres culmina com sua naturalização, à medida que são repetidas, contadas e recontadas (Adichie, 2014)

3.1 O Brasil é das mulheres, mas a política é dos homens

Aos 32 minutos do documentário, Petra apresenta Aécio Neves, em sua narração, Petra destaca:

“esse é Aécio Neves, neto de um ex-presidente e o principal adversário de Dilma na eleição de 2014. Nossas famílias têm uma ligação. Sua mãe se casou com um primeiro do meu avô. Nos bastidores, parte das empreiteiras e do PMDB apoiaram Aécio, acreditando que seus interesses estariam mais alinhados. Mas por uma pequena margem, Dilma ganha a eleição. Essa foi a quarta eleição presidencial que o PSDB perdeu para o PT. E Aécio Neves não aceita o resultado. Seu partido pede uma auditoria das urnas e quando o resultado não muda, ele começa a defender o impeachment de Dilma” (32 minutos).

Em continuidade, Petra apresenta um discurso feito por Aécio Neves, após perder as eleições para Dilma Rousseff.

(Nove meses depois da eleição)

Aécio Neves: “não perdemos a eleição para um partido político. Perdemos para uma organização criminoso que se instalou no seio do estado nacional! Mas se preparem! Que dentro de muito pouco tempo, não seremos mais oposição! Vamos ser governo! Vamos juntos! O PSDB é o futuro! Viva o Brasil, viva os tucanos, a vitória nos espera!” (33 minutos e 41 segundos).

O que esses trechos nos fazem questionar? Temos um homem branco, rico, privilegiado, de família influente no Brasil há muitas gerações, questionando um processo político democrático, que é a eleição de um Presidente da República. Talvez essa estranheza e essa indignação acerca dos resultados venham justamente pelo fato de sua adversária ser uma mulher. Ao questionar o resultado das eleições Aécio Neves não questionou apenas a veracidade do resultado das urnas, mas também a competência de Dilma como representante do cargo mais importante do país.

[...] os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e de reprodução do capital simbólico, visam a assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados (Bourdieu, 2002, p. 62, *apud* Devulsky, 2016, p. 4).

Com esse pensamento, pouco importa o tanto de esforço, qualificação ou meritocracia que leva uma mulher alcançar um cargo importante de poder, esses discursos trazem em sua pauta motivações para desacreditar e menosprezar as conquistas femininas. Se uma mulher chegou ao poder de duas uma: ou alguém a colocou lá, que sempre é caracterizado por um homem de poder que mantenha alguma posição de “proteção” em relação a essa mulher, seja pai, esposo ou “amante”, ou foi um erro, que precisa ser corrigido. Reflito sobre se uma das prováveis implicações dessa estrutura poderia ser a manutenção de uma posição subalternizada para a mulher, que inviabiliza ou reduz sua participação nas esferas de poder (Miguel; Biroli, 2014).

3.2 Redes sociais: hostilidade e ódio contra as mulheres

Aos 34 minutos, Petra apresenta o levante das redes sociais e vemos imagens satíricas acerca da ex-presidente e do ex-presidente, apresentadas num mosaico. Aqui, observávamos como a misoginia também estava sendo manifestada e propagada nas redes sociais. E, acima de tudo, saindo das redes sociais para as ruas. Com isso, recordamos um momento em que a imagem da ex-presidente foi usada de forma sexualizada e misógina e divulgada nas redes como divertimento de muitos internautas.

O título da matéria da Veja São Paulo destaca: “anúncio de adesivo com montagem de Dilma foi feito por uma mulher”, mesmo que, segundo a própria matéria, “A anunciante, que é de Recife, de acordo com o jornal, afirmou que seu ex-marido usou a conta dela no site para postar as imagens.”, afirmou a matéria, com informações divulgadas pelo site do Mercado Livre.

Neste contexto, temos duas situações extremamente problemáticas, o ato violento de uso da imagem de forma exploratória e vexatória, a fim de causar constrangimento na vítima e diversão para seus “abusadores” e a forma como o título da matéria é conduzido, de forma sensacionalista e colocando mais uma mulher em uma posição de constrangimento, ao ser intitulada de culpada de um crime cometido, na verdade, por um homem. “As mulheres, façam o que fizerem, estão, assim, condenadas a dar provas de sua malignidade e a justificar a volta às proibições e ao preconceito que lhes atribui uma essência maléfica” (Bordieu, 2002, p. 44, *apud* Devulsky, 2016, p.24).



Fonte: Veja São Paulo/ Mercado Livre (site).

A utilização da imagem feminina sexualizada e objeto de assédio e violência sexual só reforça ainda mais características de como o golpe político sofrido pela presidente também esteve intrinsecamente relacionado com seu gênero, onde os corpos e individualidades das mulheres são sempre violados. “Dilma representa perigo à estrutura patriarcal, logo, precisa ser dominada – até mesmo violentada – sexualmente e socialmente” (Devulsky, 2016, p. 16).

Já aos 38 minutos, Petra apresenta o áudio da ligação vazada entre Dilma e Lula, onde Dilma fala sobre o termo de posse para ministro da Casa Civil. A ligação, feita e divulgada de forma ilegal, durante a investigação da Lava-Jato, finalizava com um cumprimento de carinho, vindo pelo ex-presidente. O “tchau, querida” da ligação seria outra forma que opositores teriam de tentar diminuí-la e tratá-la com desdém e sarcasmo.

O machismo na linguagem não se manifesta apenas por meio da universalização do masculino, nem do significado estrito das palavras. Outros artifícios, como o uso de figuras de linguagem, também podem traduzir o preconceito contra as mulheres. Um caso que ficou muito conhecido no período em que se desenrolou o processo de impeachment da presidenta Dilma foi a ironia revelada através do bordão “Tchau, querida”, repetido inúmeras vezes por opositores ao governo e que foi estampado na capa da edição nº 2477, de maio de 2016, da revista *Veja* (Devulsky, 2016, p. 40).



Fonte: Facebook (site).

Além do bordão se tornar mais uma ferramenta de escárnio pelos opositores, como vemos no documentário de Petra no minuto 58 e 48 segundos, em plena emergência da internet e das redes sociais, o “tchau, querida” também se torna motivo para humilhação e piada em vários sites, revistas e mídias sociais. No *Facebook*, é possível ainda encontrar perfis ativos que exploram a prerrogativa e vários comentários que estigam e inflam a situação.

Além de sua construção irônica, o bordão “Tchau, querida” também é uma representação de um recurso muito comum para desqualificar socialmente as mulheres. Fora de uma situação de intimidade, chamar uma mulher de “minha querida”, “minha linda”, é diminuí-la, mesmo que inconscientemente. É uma maneira de tirá-la do espaço público e de sua posição de respeito e trazê-la para o espaço privado, reduzindo-a ao que se espera da “mulher” e exercendo uma forma de violência simbólica (Devulsky, 2016, p. 42).

Assim sendo, é como se as redes sociais tivessem se tornado mais um ambiente hostil para propagação de ódio e misoginia contra às mulheres, com discursos onde tentam trazer um caráter de “humor” à ataques violentos de cunho depreciativo, vexatório e machista, voltados às mulheres.

3.3 A mulher sem afeto: o mito do amor materno

Desde pequenas ouvimos comentários que como meninas/mulheres devemos ser delicadas, amáveis e gentis. Não devemos falar alto, se portar de forma “inadequada” ou nos expor demais. Nossos brinquedos refletem o que esperam de nós como mulheres: bonecas

bebês, conjunto de panelinhas ou ferro de passar roupa. Como a sociedade, acostumada desde a infância, com comportamentos que reprimem e limitam o papel da mulher em sua comunidade, encararia uma mulher à frente do cargo mais importante de uma nação?

Em *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno* (1985), Elisabeth Banditer analisa a construção social acerca do amor materno, sobre este cuidado, afeto e amor que é colocado como algo inato e, de como constantemente tentam reforçar essa suposta natureza. Na realidade, o amor materno é descrito por Banditer como algo que pode ou não acontecer, que pode ou não ser inesgotável. Ou seja, desconfigura esta criação de que a mulher é biologicamente feita para amar e cuidar.

E no que o mito do amor materno teria de relação com *Democracia em Vertigem* e a ex-presidente Dilma Rousseff? A partir dos 52 minutos, Petra se encontra e entrevista alguns dos parlamentares que estavam presentes para as votações. De forma clara, Petra questiona a motivação do apoio de tais parlamentares à deposição da presidente.

Petra: “na sua opinião quais foram os principais erros da Dilma?”

Carlos Henrique Gaguim (PTN): “ela nunca teve contato. Tem deputados do PT que falam... ontem mesmo eu estive com deputado... com deputado do PT do PCdoB. Eles falaram que a Dilma nunca deu um abraço neles, nunca pegou na mão.”

Petra: “então a Dilma... ela tá sendo afastada por não ter dado abraço, num certo sentido?”

Carlos Henrique: “não, abraço, não.”

Petra: “num certo sentido. Pela sua frieza, né? Pela sua incapacidade política.”

Carlos Henrique: “é” (52 minutos).

Na sequência, Petra entrevista Paulo Maluf (deputado PP), que faz a seguinte explanação: *“eu posso dizer também que Dilma era honesta, mas a boa cozinheira não é aquela que faz a comida ao seu gosto. A boa cozinheira é aquela que faz a comida ao gosto de quem ia comer” (53 minutos e 19 segundos).*

Ou seja, mesmo ocupando o maior cargo administrativo do país, a presidente continuava sendo relacionada com funções e com concepções pré-estabelecidas do que é considerado o dever da mulher, sempre se limitando à deveres domésticos ou culinários, ser uma pessoa maleável e agradável aos anseios masculinos, assim como ser acolhedora e amável.

A mulher ideal, na sociedade deve ser dócil, meiga, recatada, mãe, cuidadora, educadora e responsável pela “transformação do embrião num indivíduo acabado” (Banditer, 1985, p. 20). E é justamente em afirmação a isso que é apresentada a mulher ideal, aquela que é “bela, recatada e do lar”.

Tal afirmação pode ser afirmada utilizando como argumento a matéria publicada pela revista *Veja* um dia após o afastamento de Dilma, com a aprovação do processo de impeachment, e a posse interina de seu vice, Michel Temer. A matéria destacava: “Marcela Temer: bela, recatada e do ‘lar’”, destacando qualidades da esposa do então presidente interino.

O tom sexista da matéria evidencia o pensamento misógino e machista acerca das expectativas esperadas por uma mulher dentro de uma sociedade, que seja “bela” e seja para o homem como um prêmio a apresentar, que seja “recatada”, para que sua índole não seja questionada, ficando sempre submissa a assuntos que realmente dizem a seu respeito, como os filhos e o “lar”. Ou seja, para o homem, o casamento “é um dos grandes alicerces do sexo masculino” (Faludi, 2001, p. 38 *apud* Devulsky, 2016, p.19).

4. A PERPETUAÇÃO DO PATRIARCADO BRANCO NA POLÍTICA BRASILEIRA – EFEITOS DO GOLPE?

Em vista do baixo número de mulheres na política, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, como ficou conhecida, com constantes reformulações, torna obrigatório que, “Art. 10, §3º define que cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo 70% das vagas para candidaturas de cada sexo. Em outras palavras, todos os partidos devem ter ao menos 30% de mulheres entre seus candidatos”. Junto disso, a Emenda Constitucional nº 117, promulgada em 2018, “obriga os partidos a destinarem 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral às candidaturas femininas. O tempo de propaganda gratuita, no rádio ou televisão, também deve respeitar essa porcentagem mínima para participação das mulheres”. E, reformulado em 2021, indica que,

[...] nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos a um mesmo cargo eletivo e poderão desdobrar-se em mais de um dia, respeitada a proporção de homens e mulheres estabelecida no § 3º do art. 10 desta Lei” (Redação dada pela Lei nº 14.211, de 2021) (Brasil, 2021).

Nesse cenário, com base em levantamento pelo Censo das mulheres prefeitas (2021-2024), o estudo mostra que 51% da população brasileira é composta por mulheres, mas apenas 12% das prefeituras são dirigidas por mulheres. Junto disso, em um recorte gênero/raça, as mulheres negras representam 28% do eleitorado, mas estão em apenas 4% dos cargos do poder executivo, sendo os homens responsáveis por 88% dos cargos públicos do executivo. Assim, com base no estudo, até 2024, as prefeituras distribuídas por regiões, com 15%, representam por 68 prefeituras na região norte; com 307 prefeituras na região nordeste, sendo apenas 17% da totalidade de cidades; 12% na região centro-oeste, com apenas 55 cidades; 137 prefeituras demarcando 8% das cidades do sudeste, e 106 prefeituras na região sul, o que representa 9% das cidades. Em um recorte de gênero e raça, as mulheres negras representam 9%, com 43 cidades na região norte; 7% com 129 cidades no Nordeste; 3%, sendo 15 cidades para a região centro-oeste; 2% no Sudeste, o que corresponde a apenas 25 cidades, e 0,3% no Sul, sendo apenas três prefeituras gestadas por mulheres negras. Junto disso, das capitais, temos apenas Boa Vista (RR) em 2016 e Palmas (TO) em 2020 com mulheres eleitas como prefeitas (Censo das Prefeitas Brasileiras, 2022).

Com base em estudo realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, para as eleições de 2024-2028, tivemos um crescimento do número de mulheres candidatas à

prefeitura. Contudo, como será exposto ao longo deste trabalho, muitos ainda são os desafios que percorrem em conjunto com a trajetória de mulheres na política.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, realizou um levantamento de dados com análises prévias sobre o panorama eleitoral em 2024. Em obra publicada denominada *Análise de Candidaturas: perfil geral*, publicado em julho de 2024, é possível identificar informações que são oportunas para o debate que integra este trabalho. Com base no estudo,

Neste pleito, o número de candidaturas de pessoas negras (somando-se as pardas e pretas) é mais da metade do total de candidaturas (52,73%), o que equivale a um aumento de 2,8% em relação a 2020. O aumento proporcional, entretanto, não se deve a uma quantidade maior de negros na disputa, mas sim a uma redução na quantidade de candidatos brancos. Enquanto a quantidade de candidaturas brancas caiu 21,34% (em 2020, foram 263.737 registros em comparação aos 207.467 em 2024), as negras caíram somente 12,77% (de 274.772 em 2020 para 239.685 em 2024). Candidatos com declarações de indígenas são os únicos que tiveram sua participação ampliada em 2024 (14,13%), passando de 2.172 registros em 2020 para 2.479 registros em 2024.

Ao mesmo tempo em que há um aumento de candidaturas negras, o Congresso Nacional aprovou em agosto de 2024 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 09/2023, que ficou conhecida como “PEC da Anistia”, retirando recursos para as candidaturas negras. Isso ocorre porque a PEC 09/23 extinguiu a proporcionalidade da distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha (FEFC) para as pessoas negras, fixando um limite de 30%. Na regra anterior à PEC, uma vez que são 52,73% de candidaturas negras, o recurso do FEFC destinado a candidaturas negras era proporcional, ou seja, seria de 52,73%. Segundo projeção realizada pela iniciativa Pacto pela Democracia, as candidaturas negras vão deixar de receber R\$1,1 bilhão nas Eleições 2024 (Inesc, 2024, p. 05).

Com base nos dados, mesmo em meio a um cenário ainda majoritariamente desfavorável às mulheres, existiram pequenas mudanças onde, mesmo com os avanços de retrocessos às mulheres negras por exemplo, principalmente a efeito das eleições municipais anteriores. Segundo o levantamento dos dados, “também houve um discreto aumento de mulheres no pleito (0,7%), que somam 33,96% das candidaturas” (Inesc, 2024, p. 05). Entretanto, se feito o recorte para o pleito à prefeitura, o Inesc informa que;

Porém, 84,99% das candidaturas a prefeito são masculinas e, dentre as 26 capitais que terão eleições em 2024, 6 só terão candidatos homens: Rio Branco (AC), Manaus (AM), Fortaleza (CE), Cuiabá (MT), João Pessoa (PB) e Florianópolis (SC). No Brasil, metade da população é composta por mulheres (Inesc, 2024, p. 05).

Ou seja, mesmo com grandes dificuldades, é possível afirmar que se vem gradativamente tendo a ampliação do número de mulheres para serem eleitas. Contudo, a legislação que visa tentativas para a paridade de concorrência ainda não está sendo levada a cabo, tendo em vista que seis das capitais brasileiras, por exemplo, tiveram apenas homens

concorrendo ao executivo para as prefeituras. Sendo que ao todo, apenas 15,01% das candidaturas à prefeitura eram de mulheres.

Ao estabelecer um recorte entre raça e gênero, o Inesc indica que, “nas capitais onde há mulheres disputando, 20 candidatas são brancas, 11 são pardas, 10 são pretas e nenhuma é indígena, o que compreende apenas 41 mulheres em disputa para o cargo de prefeita nas principais cidades do país” (Inesc, 2024, p. 05).

Ao estabelecer o recorte e análise entre gênero e raça junto dos partidos políticos dos quais as candidaturas estão inscritas, o estudo revela que:

Considerando-se os partidos políticos, os de direita e os de centro mantêm relação média de 33,75% e 66,25% entre mulheres e homens, enquanto entre os partidos de esquerda a relação é de 37,17% e 62,83%. Em relação ao quesito de raça, os partidos de direita são os que têm menos candidaturas de pessoas negras (51,02%), seguidos dos partidos de centro (52,56%), e dos partidos de esquerda (57,00%), esses últimos com mais pessoas negras como candidatas. As candidaturas indígenas tiveram um aumento de 14,13%. Elas se localizam em todas as regiões do País, com maior concentração no estado de Roraima (7,10%). Entre todas as 2.479 candidaturas indígenas, 911 (36,75%) são de mulheres e 1.568 (63,25%) são de homens. Nas capitais, há apenas um indígena, da etnia guarani, candidato ao cargo de prefeito: Lucínio Castelo de Assunção (nome de urna: Assunção), em Vitória (ES), pelo PL, além de uma indígena com candidatura à vice-prefeitura: Amanda Brandão Paes Armelau (nome de urna: Índia Armelau), também do PL, de etnia não informada, no Rio de Janeiro. De forma inédita, neste ano, os indígenas puderam também declarar, de forma opcional, o pertencimento étnico, o que resultou em 170 etnias declaradas. As candidaturas indígenas estão mais concentradas nos partidos de direita (41,87%), seguidos dos partidos de esquerda (40,42%) e de centro (17,71%) (Inesc, 2024, p. 06).

No estudo, o Inesc levanta considerações detalhadas para o entendimento do panorama eleitoral brasileiro. Observações que são oportunas para compreendermos sobre a política nacional, identificarmos os desafios e traçarmos reflexões que contribuam para a manutenção do sistema eleitoral e de medidas que possam ser implementadas para ampliar a participação de mulheres. Principalmente tendo em vista os desafios para a efetivação de práticas empoderadoras que atravessem as intersecções de gênero, raça e classe.

Ainda com base no estudo, ao realizar levantamento da distribuição de candidaturas a partir dos partidos políticos das quais estão as candidaturas, o Inesc indica que,

Os partidos de direita têm a maior cobertura municipal, com candidatos registrados em 98,9% dos municípios, enquanto os partidos de esquerda estão presentes em apenas 86,3% deles. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) está em 3.551 municípios do País, enquanto o Partido Progressistas (PP) está em 3.969 municípios e o Partido Liberal (PL) está em 3.558. Onde o PT registrou candidatos, a proporção média é de dois candidatos de direita para um de esquerda. Onde não há registro de candidatos pelo PT, a média é de 13 de direita para 1 de esquerda (Inesc, 2024, p. 06).

De tal modo, esses dados nos auxiliam para compreender parte do panorama eleitoral brasileiro, onde gradativamente tivemos a ampliação de partidos de direita – ou extrema direita – o que nem sempre coaduna com as políticas públicas de atendimento e garantia de direitos a minorias, entre elas as pautas de mulheres.

Junto disso, os dados levantados pelo Inesc permitem afirmar que, se comparado as eleições de 2020, existiu uma diminuição do número de candidaturas. Para 2024, tiveram 454.528 candidatos e candidatas aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Com base no levantamento, “do número total de candidaturas, 300.211 (66,05%) são de homens, enquanto 154.317 (33,95%) são de mulheres”, sendo que, “a maior diferença de gênero está nas candidaturas a prefeito, com 13.015 (84,99%) candidaturas de homens e 2.298 (15,01%) candidaturas de mulheres” (Inesc, 2024, p. 07).

A imagem 01 – quantitativo de candidaturas para 2024, construída pelo Inesc a partir de dados recolhidos pelo TSE, nos apresenta um quantitativo do número de candidaturas para prefeitura e vereadores/as a partir da distinção de gênero.

Imagem 01 – quantitativo de candidaturas para 2024

Gênero	Prefeito	Vice-prefeito ²	Vereador	Total
Feminino	2.298 (15,01%)	3.533 (23,08%)	148.486 (35,03%)	154.317 (33,95%)
Masculino	13.015 (84,99%)	11.774 (76,92%)	275.422 (64,97%)	300.211 (66,05%)
Total	15.313 (100%)	15.307 (100%)	423.908 (100%)	454.528 (100%)

Fonte: Inesc. 2024.

Desse número, com base no estudo do Inesc, “Aracaju (SE) é a única capital cujo número de mulheres que concorrem ao cargo de prefeita é maior do que o número de homens. Destaca-se, também, a quantidade de pretas entre as candidaturas femininas”, sendo que, “das 8 candidaturas a prefeito, 3 são masculinas (1 pessoa branca e 2 pessoas pardas) e 5 são femininas (4 pessoas brancas e 1 pessoa parda). Das candidaturas, 1 é de centro, 3 são de direita e 4 são de esquerda” (Inesc, 2024, p. 23). Das quais analisaremos suas pautas sobre empoderamento na sequência.

4.1 O cenário eleitoral e político de Aracaju

Analisaremos aqui características gerais sobre o eleitorado aracajuano, o resultado do primeiro turno das eleições municipais para 2024, em Aracaju, e parte das propostas apresentadas no Plano de Governo de cada candidato/a.

4.1.1 Perfil dos/as eleitores/as de 2024

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2022, a cidade de Aracaju possui 602.757 pessoas. A partir da distinção de gênero estipulada pelo censo, são 326.155 mulheres e 276.602 homens. Sendo 54% da população aracajuana composta por mulheres e 46% por homens. Desse total, a idade predominante na cidade é na faixa dos 40 aos 44 anos de idade, com 22825 homens e 28173 mulheres (IBGE, 2022).

Em comparação ao total de habitantes, a partir dos 16 anos de idade, a cidade possui 416.605 eleitores/as. Desse número, 45% são homens e 55% mulheres, o que demarca a maioria de mulheres como eleitoras. Contudo, com base nas informações do site do TSE, para as eleições do primeiro turno de 2024, apenas 328.514 compareceram às urnas, desses 14.008 tiveram seus votos nulos, 10.870 votaram em Branco e 242 votos foram anulados. Tendo a marca de 88.101 eleitores que não compareceram às urnas. Como pode ser observado na imagem 02.

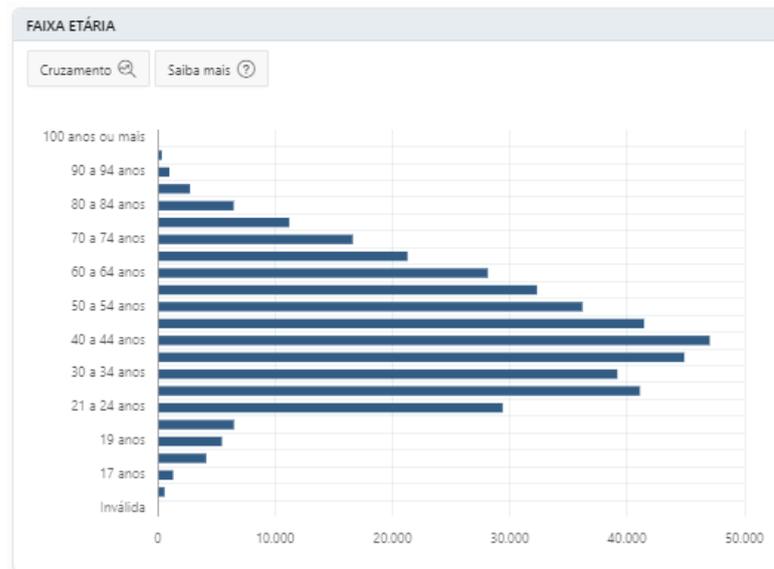
Imagem 02 – Dados das eleições municipais 1º turno – Aracaju/2024



Fonte: Resultados do TSE (site).

Ao levantarmos um breve perfil do eleitorado, já sabemos que em sua maioria são mulheres, estão entre os 40 e 44 anos de idade, compatível com o número de habitantes. Junto disso, cabe destacar que o eleitorado aracajuano pode ser comparado como jovem, tendo em vista que mesmo com um número aproximado de 50 mil eleitores/as no início dos 40 anos, a partir da imagem 03 podemos observar a aproximação de quase 130 mil eleitores/as com menos de 35 anos de idade, sendo mais de 40 mil deles com idade entre 25 e 29 anos¹.

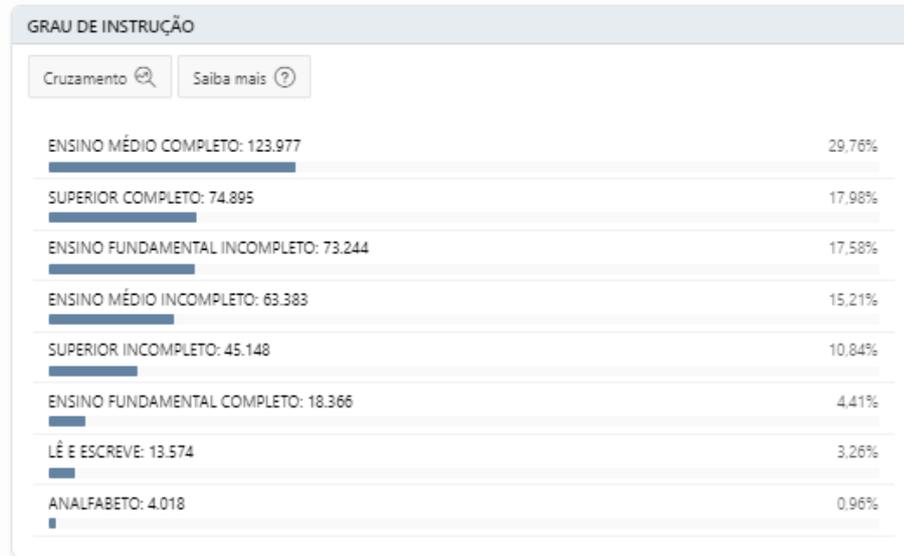
Imagem 03 – Idade dos/as eleitores/as



Fonte: Resultados do TSE (site).

Ao buscarmos os dados referente ao grau de instrução, o site do TSE nos informa que pouco mais de 1/3 do eleitorado possui o ensino médio completo. Como pode ser observado na imagem 4.

¹ De acordo com o Estatuto da Juventude, são considerados jovens aqueles que têm idade entre 15 e 29 anos.

Imagem 04 – Idade dos/as eleitores/as

Fonte: Resultados do TSE (site).

A partir dessas informações, junto da predominância do eleitorado com ensino médio completo, podemos identificar a quase se equipara o número de eleitores/as com ensino superior com os com ensino fundamental incompleto que, se comparado ao nível de escolaridade à faixa etária dos/as eleitores a partir da idade correta de tempo escolar, teríamos pouco mais de 30 mil eleitores/as cursando o ensino médio, mas, ao compararmos aos dados da tabela referente a idade dos/as eleitores/as, podemos afirmar a predominância de um eleitorado com baixa instrução escolar, sendo praticamente 1/3 do eleitorado.

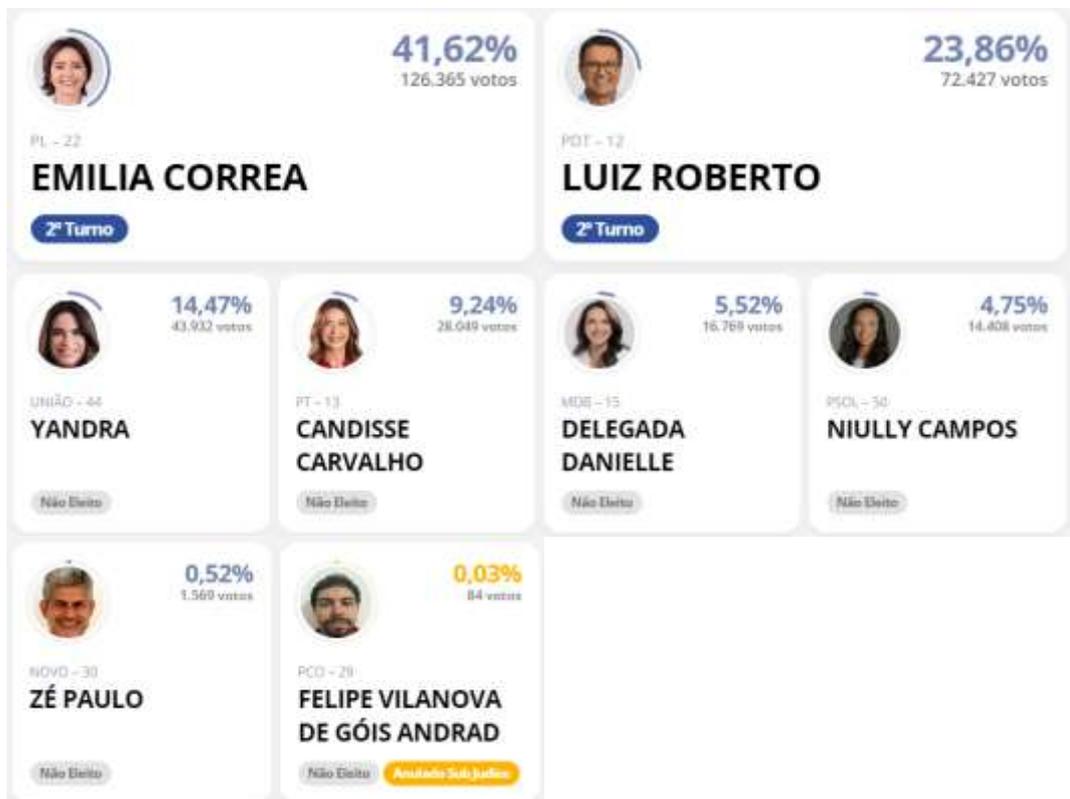
Junto desses dados, o site do TSE disponibilizou ainda informações sobre estado civil e cor/raça dos/as eleitores/as, a partir das informações apresentadas no Tribunal Eleitoral e disponibilizadas para consulta. Do público de votantes, 28% é casado/a, 5% divorciado, 1% separado judicialmente, 64% solteiro/a e 2% viúvo/a. Dos que declararam sua cor, 14.444 afirmam-se como pardo, 5968 como brancos, 3814 como negro, 161 amarelo e 15 indígenas. Sobre o assunto, podem ser aprofundadas as discussões a partir dos estudos que problematizam a branquitude, como *O pacto da branquitude*, de Cida Bento, *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, de Lia Vainer Schucman, *Cinquenta tons de racismo*, de Janaína Bastos, *Colorismo*, de Alessandra Devulsky e *Cotas Raciais*, de Livia Sant'Anna Vaz. Estudos que nos permitem compreender sobre a construção do interdito entre o branco e o negro, o que leva a pessoas negras a não se identificarem como negras como uma espécie de branqueamento na busca por privilégios e

autoestima, os efeitos do racismo na configuração social e as reverberações disso nas práticas cotidianas, a exemplo do sistema político.

Para o que compete neste trabalho, a partir dos dados levantados, podemos afirmar que o eleitorado da cidade de Aracaju para as eleições de 2024, em sua maioria é jovem, de baixa escolaridade, solteiro e considera-se pardo. O primeiro turno das eleições ocorreu no dia 06 de outubro, com 8 candidaturas à prefeitura. Como já destacado, cinco mulheres e 3 homens. Foi a primeira vez que as candidaturas tiveram maior número de mulheres. Contudo, já sabendo dos resultados do segundo turno do qual a candidata Emília foi eleita, até esse processo eleitoral a cidade nunca havia tido uma mulher como prefeita.

A imagem 5 nos permite identificar o panorama das eleições para a prefeitura da cidade de Aracaju de 2024.

Imagem 05 – Resultado do Primeiro Turno - 2024



Fonte: Resultados do TSE (site).

A campanha eleitoral seguiu para o segundo turno, tendo a candidata de extrema direita, Emília Correa, pelo Partido Liberal (PL) recebido 126365 mil votos, correspondente a 41,62% dos votos, e o candidato de direita Luiz Roberto, mas filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), conhecido historicamente por ser de esquerda (Motta, 1999). Dos 23,86% dos votos

recebidos pelo candidato, representa o segundo mais votado, com 72.427 votos que garantiram a continuidade da candidatura para o segundo turno das eleições municipais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documentário de Petra Costa traz inúmeras críticas ao sistema político e democrático brasileiro. As questões implícitas em sua narrativa não são nada mais que um reflexo da própria sociedade brasileira. Para notá-las é preciso não somente um olhar atento, como também um olhar trabalhado. É possível que a cineasta, ao fazer a edição de todo o seu material captado, não tenha visualizado trazer tais debates acerca da questão de gênero imposta no impeachment da primeira e única presidente mulher do Brasil, mas também, dada as circunstâncias, tenha se tornado inviável realizar tais relatos sem evidenciar, mesmo que de forma indireta, a misoginia e o machismo predominante não somente na sociedade brasileira, mas também presente dentro da própria construção política brasileira.

A motivação desta pesquisa é evidenciar, mesmo que de forma sutil, as questões de gênero enfrentadas durante um dos maiores episódios da história política do Brasil, assim como evidenciar todos os aspectos que, como sociedade primordialmente composta por mulheres, precisamos melhorar. Afinal, para alcançar melhores índices na educação e formação de mulheres, melhores índices na diminuição da violência contra a mulher e de feminicídio, precisamos entender que a participação feminina na política deve ser mais que simbólica, deve ser ativa.

Em seu discurso, após o impeachment, Dilma marcou a história com as seguintes palavras: “*Nós voltaremos, voltaremos para continuar a nossa jornada rumo ao Brasil em que o povo é soberano*”. Hoje, àqueles que lutaram para sua queda já não estão mais à frente da presidência deste Estado, mas ainda não podemos dar a luta como encerrada. A política brasileira ainda precisa ser mais representativa, o crescimento de uma frente conservadora se torna hoje um dos maiores desafios para o enfrentamento de questões de gênero na política brasileira. Mesmo sendo maior parte da população, mulheres continuam não dando notoriedade à argumentos feministas, inviabilizando a construção de toda uma luta.

É compreensível dizer que são raros os casos de mulheres ocupando cargos de poder dentro da política brasileira. Obviamente, durante os anos se tornou muito mais comum vermos mulheres assumindo cargos como prefeitas e vereadoras, mas no que se referente ao âmbito nacional, como estaria esta participação? Quem são as mulheres que estão presentes no Senado ou na Câmara de Deputados nos representando?

Segundo o último Censo, realizado em 2022, o Brasil tem em sua maioria uma população feminina, composta por 51,5% de mulheres, contra 48,5% de homens. No que se refere ao eleitorado, o Tribunal Superior Eleitoral informa que 2016 e 2022 maior parte dos

votantes eram mulheres, com 52%. Porém, estes mesmos dados também apontam que apenas 33% mulheres se candidataram e, pior ainda, apenas 15% foram eleitas neste período.

Sobre as razões que explicariam as diferenças de gênero na orientação política, esses autores explicam que meninos e meninas tendem a ser educados de maneira diferente. Os resultados dessa diferença, antes de apontar posicionamentos mais à esquerda ou à direita do espectro político, alcançam entendimentos sobre se as mulheres devem, por exemplo, ter a mesma participação política que os homens ou se ‘o lugar das mulheres é em casa’. A educação diferenciada cobre um terreno social amplo que passa pela questão da participação política, mas alcança as diferenças entre como homens e mulheres são tratados perante a lei ou o trabalho, em um processo contínuo de discriminação de gênero que se alimenta de orientações religiosas, assim como da maneira como as mulheres se vêem ou não ligadas ao grupo/categoria social “mulheres” (Finamore; Carvalho, 2006, p.352 a 353).

Este artigo nos faz refletir que, como sociedade, precisamos aguçar o nosso olhar crítico, para sabermos identificar situações implícitas de gênero, trabalhá-las e modificá-las, afim de construir uma sociedade onde os anseios e desejos das mulheres possam ser ouvidos e atendidos, não visto como desdém e irrelevância.

E sobre Petra Costa e Dilma Rousseff, as grandes protagonistas deste trabalho? Bem, Dilma Rousseff, que é economista por formação, assume desde 2023 a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como Banco do BRICS. O Banco, que tem sede em Shanghai, na China, é um banco que financia investimentos à projetos de infraestrutura sustentável. Neste ano, 2025, Dilma teve seu mandato como presidente do BRICS renovado por mais 5 anos, sendo indicada pelo atual presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Já Petra Costa, em agosto de 2024, deu luz ao seu novo documentário, que novamente traz uma narrativa política. Em *Apocalipse nos Trópicos* Petra aborda o crescimento do cristianismo evangélico à frente de uma política de extrema direita no Brasil. Esta mesma política de extrema direita que segue, sempre que possível, tentando inviabilizar e diminuir os direitos das mulheres no Brasil.

Dilma e Petra são exemplos de continuidade e de resiliência. Dilma, mostrando sua força e a sua competência, que foi tão questionada durante tanto tempo, e Petra, que segue dando continuidade a temas tão importantes a serem tratados, trazendo sua voz como narrativa de discursos densos, mas essenciais para o crescimento de uma sociedade com pensamento crítico.

Que esta, como muitas outras mulheres, continuem sendo referência de sucesso, bom trabalho e independência, pois, numa sociedade onde diariamente somos mortas e nossos direitos são questionados, a união feminina em busca de direitos igualitários se faz ainda mais importante, pois, sim, hoje possuímos muitos direitos os quais um dia não tínhamos acesso, mas

ainda não possuímos a sociedade e o mundo onde merecemos viver, com dignidade, segurança, respeito e igualdade.

Finalizo, então, com a transcrição de um trecho de uma entrevista em 2006, da presidente Dilma Rousseff, ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Na ocasião, ainda como Ministra-chefe da Casa Civil, no governo Lula, Dilma foi questionada sobre a discriminação das mulheres na política, a qual indagou:

“A mulher quando ela exerce um cargo com alguma autoridade ela sempre é taxada de ou “dura”, “rígida” e “dama de ferro” ou qualquer coisa similar. E eu acho que isso é de fato estereótipo. É um padrão, uma camisa de força que tentam enquadrar nós mulheres, que eu não acredito que se faça com os homens. É natural, é considerado algo que flui tranquilamente, o exercício da autoridade, do poder pelos homens”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. V. G. **Programa para as Eleições 2024**. Disponível: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/SE/2045202024/260002000358/2024/31054>>. Acesso em 13 de outubro de 2024.
- AREND, S. M. F. Meninas. Trabalho, escola e lazer. PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). In: **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013, p.65-83.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BASTOS, J. **Cinquenta Tons de Racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil**. Matrix, 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881** (Lei Saraiva). Reforma a legislação eleitoral. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, pt. 1, p. 1-28, 1881.
- CAMARGO, L. Z. DE. **Análise enunciativa da voz feminina nos documentários Democracia em Vertigem e Varda por Agnès**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Curso de Realização Social). Escola da Indústria Criativa. Universidade do Vale do Rio do Sinos. São Leopoldo, 2020.
- CASANOVA, N. B. C. **A voz de Dilma: performances oratórias e discursos sobre a fala pública da Presidenta**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- COSTA, P. **Apocalipse nos Trópicos**. Documentário, 2024. Disponível em: <<https://www.festivaldoriorio.com.br/br/filmes/apocalipse-nos-tropicos>>.
- DAEFIOL, R. C. “Com a imprensa e com tudo”: de João Goulart (1961-1964) a Dilma Rousseff (2015-2016), o papel da mídia na descridibilização da política. **Boletim Do Tempo Presente**, 10(08), 27–41, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/16358>>.
- DE REZENDE, I. N. A vertigem da democracia brasileira. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 12, n. 36, p. 175-177, 2020.
- DEVULSKY, S. B. **Imprensa no contra-ataque: discurso machista e o impeachment da presidente Dilma**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FACEBOOK. **Tchau Querida**. Disponível em: <https://www.facebook.com/TchauQueridinha/?_rdr>.

FINAMORE, C. M; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 347-362, 2006.

GUILHERME, C. A. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília, 24 a 28 Julho 2017.

Disponível em:

<http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_ArtigoCompleto-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf>.

GUILHERME, C. De volta ao passado: a proposta neoliberal do Estadão. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Setembro 2018. 66-74. Disponível em:

<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42971>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, INESC. **Análise das candidaturas: Perfil Geral**. Inesc, 2024. Disponível em: <<https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/08/perfil-das-candidaturas-eleicoes-2024.pdf?x12453>>.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, INESC. **Censo das Prefeitas Brasileiras** (Mandato 2021-2024). Site. Disponível em: <<https://prefeitas.institutoalzirias.org.br/censo/>>.

INSTITUTO MATTOS FILHO. **Lei das Eleições: como isso contribui para o ODS 5?** Site. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-desenvolvimento/lei-das-eleicoes/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw3624BhBAEiwAkxgTOpRrA1-3A-4LRtqy-Pdvo_Jee1SVVIGY5DOY9nHK_8_HmlBcIJXeJxoCD4YQAvD_BwE>.

KORNIS, M. A. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KUNZE, J. B. **O documentário ensaístico editorial de Petra Costa: uma análise de Democracia em Vertigem**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em jornalismo). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LISBOA, G. F. **A interseção entre documentário e jornalismo-uma análise de “democracia em vertigem”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Centro Universitário Internacional (UNINTER). Toledo, 2021.

MARQUES, M. R. **Conheça Petra Costa e um pouco de seu trabalho no cinema**. Instituto Cinema. Disponível em: <<https://institutodecinema.com.br/mais/conteudo/conheca-petra-costa-e-um-pouco-de-seu-trabalho-no-cinema>>.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARTINS, M.; AMARANTE, W. (2025). Televisão e História Pública: representações da escravidão na telenovela Novo Mundo (2017). **Boletim Do Tempo Presente**, 13(4), 71–104. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22379>>.

MATOSO, F. **Dilma é reeleita presidente do Banco do Brics para novo mandato de 5 anos**. GloboNews, Brasília, 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/24/dilma-e-reeleita-presidente-do-banco-do-brics-para-novo-mandato-de-5-anos.ghtml>>.

MATTOS, H; BESSONE, T; MAMIGONIAN, B. G. **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. Alameda Casa Editorial, 2016.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Papyrus editora, 2005.

NOVAES, C. C; BOTELHO DE SOUZA, M. Petra Costa. Os filmes Elena e Democracia em vertigem como testemunhos líricos de um trágico retorno. **Cinemas d'Amérique latine**, n. 28, p. 36-49, 2020.

PEDRO, J. M. Translating the debate: the usage of gender category in the historical research. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

RAMOS, A. F. C; FRACCARO, G. O golpe de 2016 na vida das mulheres. In: BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.G.; MATTOS, H. (Orgs.). **Historiadores pela Democracia: O golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Editora Alameda, 2016, p. 251-256.

RODA VIVA. **Dilma Rousseff sobre discriminação contra mulheres na política**. YouTube, 14 de dezembro de 2021. 2 min36s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4pIicvUN6iI>>.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, P. H. DA. **De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SINGER, A *et al.* **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016.

SOIHET, R. A conquista do espaço público. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). In: **Nova História das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 218-237.

TERRA.COM. **Governo faz denúncia ao MP de adesivo com ofensa a Dilma.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html?utm_source=clipboard>.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleição Municipal Ordinária 2024. **Estatísticas.** Site. Disponível em: <<https://www.tre-se.jus.br/eleicoes/estatisticas>>.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleição Municipal Ordinária 2024. **Resultados.** Site. Disponível em: <<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e619;uf=se;mu=31054;ufbu=se;mubu=31054;tipo=3/resultados>>.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Os 80 anos do voto de saias no Brasil** - TRE-RN. Site. Disponível em: <<https://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE Mulheres: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política.** 2023. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>>.

VAZ, L. S. **Cotas raciais.** São Paulo: Jandaíra, 2022.

WIKIPÉDIA. **Petra Costa.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Petra_Costa>.

ZALUSKI, Jorge Luiz. **Mulheres e a educação:** a formação para donas de casa em uma escola moderna (Guarapuava 1971-1983). 197 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati-PR, 2016.